

» Entrevista | CELINA LEÃO | VICE-GOVERNADORA DO DF

“Consórcio da Paz dará agilidade às polícias”

Gestora destaca a importância da união de governadores no combate ao crime organizado. “As nossas forças não treinam apenas os agentes do DF, fazemos treinamentos para várias outras polícias militares do Brasil”, disse

Ed Alves/CB/D.A Press



» WALKYRIA LAGACI*

Em entrevista ao programa CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), detalhou às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos as principais ações relacionadas ao combate das facções criminosas, como o chamado Consórcio da Paz, em conjunto com governadores de outros estados. Além disso, Celina comentou sobre ações contra a violência na capital, incluindo uma pesquisa relacionada a feminicídio. Ela explicou, também, o programa de saúde Opera-DF.

Como a criação do Consórcio da Paz pode ajudar no combate ao crime organizado?

Acredito que o consórcio (formado por sete governadores de centro-direita) vai conseguir trazer agilidade, na parte da inteligência de informações, porque a percepção é que existe um descompasso entre a atualização das polícias do Brasil e do crime organizado. Aquelas organizações criminosas de 1988, quando foi instituída a Constituição Federal, não são as mesmas de hoje. O crime organizado envolve lavagem de dinheiro e está presente em todas as áreas da sociedade, causando um prejuízo enorme, porque ele concorre de forma desleal com aquele empresário que está tentando realmente empreender. Esse descompasso faz com que

não tenhamos instrumentos para enfrentar o problema. Então, o consórcio surge para agilizar essa troca de informações, com um banco de dados único entre os estados. Então, teremos essa cooperação de dados, desde aquelas pessoas que estão praticando delitos, até aquelas que estão ligadas a facções criminosas, ao tipo de padronização de atendimento dentro dos presídios. Como é que podemos deixar o crime organizado atuando dentro dos nossos presídios? Precisamos ter ações uniformizadas em todos os estados. Por exemplo, o criminoso facionado não pode ter direito a visita íntima. Ele não pode ter direito a estar falando com o advogado dele sem ter um monitoramento. Isso requer uma visão estratégica. Assim, penso ser uma grande oportunidade, não só dos governadores de centro-direita, mas dos governadores do país inteiro de compartilhar informações, de trazer soluções imediatas, porque a percepção que se tem é de que quem está preso é a população.

Sobre a operação no Rio de Janeiro, o que de fato aconteceu?

Quando o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou com a ação Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das Favelas, até o julgamento final, houve várias limitações que impediram as ações dentro das favelas. Quando o crime organizado soube que lá não

teria polícia, se instalou. Mas eles não se instalaram só para se esconder, eles se instalaram colocando aquela população debaixo de um jugo. A comunidade não podia trazer compras de fora, precisava comprar do supermercado do tráfico, não podia ir para qualquer lugar, a facção fazia controle, não podia entrar em qualquer tipo de carro, pois tinha barricada. Então, a população, que recebia um salário fixo, mensal, ficou refém de preços do mercado do tráfico. As jovens meninas eram entregues aos traficantes, que as escolhiam. É uma ferida que foi exposta na operação. Também existe o exército do tráfico, aqueles homens foram altamente treinados para matar e para morrer. Eles estavam prontos para ter um combate com a polícia. Porque aqueles 120 criminosos que não quiseram combater se renderam e foram presos, vão responder por um processo legal. É uma questão de

soberania nacional, se escolhe enfrentar a segurança pública, pode matar um policial, mas você pode morrer também.

Como o DF pode auxiliar nesse caso, além de oferecer serviços de inteligência?

Nós temos uma polícia especializada, numa situação como essa, você tem que ter um policiamento altamente treinado. A operação do governador Cláudio (de Castro), do Rio de Janeiro, deu certo, porque ele usou uma polícia muito especializada naquela região e conseguiu levar todo o conflito para uma área de mata, para que preservasse a população. Hoje, as nossas forças policiais, não treinam apenas os agentes do Distrito Federal, fazemos treinamentos para várias outras polícias militares do Brasil e também da Polícia Civil, que é altamente especializada. No caso, se o Cláudio vier a precisar, seria essa polícia

especializada, que tem o treinamento de choque, o treinamento do Bope, que tem um treinamento mais específico para lidar com esse tipo de situação. As imagens demonstraram que, quando um policial desse entra em um confronto, ele não sabe se ele vai sair, está enfrentando um fuzil de alta tecnologia, está enfrentando um drone com explosivos. Então, precisa-se de homens e de mulheres capacitados para esse tipo de situação, com um treinamento altamente qualificado.

Como está sendo feita a pesquisa sobre o retrato do feminicídio no DF?

Essa pesquisa do IPDF é inédita, nunca aconteceu no país um instituto público fazer um levantamento sobre violência contra as mulheres. Eu acredito muito na pesquisa, na ciência, nos rumos que essa pesquisa pode nos apontar. São mais de 5 mil questionários e nós vamos também entrevistar feminicidas para entender aquele momento, a cabeça deles, as motivações internas e externas. É uma pesquisa muito profunda, fui eu que me dediquei pessoalmente sobre isso, não tem no Brasil, (hoje) são dados soltos e estamos tendo essa oportunidade de fazer essa pesquisa, que está nas ruas, vamos atuar em todas as regiões administrativas para que tenhamos um campo de amostra bem robusto e possamos combater com dados técnicos a violência contra as mulheres no Distrito Federal. Esses dados serão

utilizados em políticas públicas, para direcionar o trabalho.

Na área de saúde, como está funcionando o programa Opera-DF?

Já operamos cerca de mil pessoas, temos 16 hospitais particulares, convênios. Nós tivemos um problema de anestestesistas que demoramos três anos para resolver. Primeiro, precisávamos demonstrar para os órgãos de controle que não tínhamos anestestesistas para serem contratados. Fizemos concurso público, eles não tomaram provimento (não assumiram os cargos). Quando conseguimos resolver esse problema este ano. A agora a nossa cirurgia eletiva (de meia complexidade) diária. Mas isso (a fila) se tornou um problema pós-covid, uma fila muito grande, estamos zerando essas filas. Agora, na cirurgia eletiva, fizemos convênios com os hospitais privados — todos estão conveniados — e vamos operar mais ou menos 16 mil pessoas. É um círculo completo: os exames, os diagnósticos e a operação, o privado faz toda essa cadeia. Vamos chegar a 16 mil pessoas.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira



Lula envia projeto de reajuste ao Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso Nacional o projeto que permite o reajuste salarial para forças de segurança do Distrito Federal e a ocupação de novos cargos. O PLN 30/25 foi encaminhado

ao Legislativo na última segunda-feira.

A medida redistribui recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 para cumprir os acordos de reajuste feitos com a Polícia Civil, com a Polícia

Militar e com o Corpo de Bombeiros do DF. O projeto também faz ajustes nos cargos e despesas de outros órgãos, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Ministério Público. Segundo o governo federal, não há aumento

das despesas previstas para 2025.

Os acordos de reajuste foram firmados com as categorias pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI). Com os policiais civis, por exemplo, o aumento de 27,27% será pago em duas parcelas, uma

de 12,81% em dezembro deste ano, e outra de 12,82% em janeiro de 2026. Para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros, o reajuste acertado ficou entre 19,60% e 28,40%, pagos também em duas parcelas, em dezembro e janeiro.

O PLN que realoca recursos e permite o pagamento dos ajustes precisará do aval de deputados e senadores. Será apreciado primeiro pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), e depois pelas duas casas do Legislativo.